

Serra da Bodoquena integra reserva da Mata Atlântica e deve ser transformada em Parque Nacional nos próximos meses; o projeto está na mesa do presidente Fernando Henrique Cardoso

ONGs discutem Mata Atlântica

Campo Grande sediará, a partir de quarta-feira, um dos maiores encontros sobre conservação

A criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena passará a ser prioridade nacional, a partir desta semana. A arrancada nesse sentido será dada quarta-feira (24) quando ecologistas de todo o Brasil estarão em Campo Grande, participando de várias ações, durante a 6ª Reunião da Rede de ONGs da Mata Atlântica. Os temas mais esperados acontecerão nas análises e conclusões do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente).

A implantação do parque foi anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso dia 21 de setembro de 1998. Entretanto, depois de encaminhado à Casa Civil do Governo federal, para sanção presidencial, não teve mais avanço. O projeto está parado na Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, desde que os fazendeiros de Mato Grosso do Sul criaram a polêmica entre a instalação de um parque ou APA (Área de Preservação Ambiental).

Segundo levantamentos feitos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a Serra da Bodoquena integra os ecossistemas atlânticos de que faz parte a vegetação ainda conservada da Mata Atlântica. A região é de extrema importância ecológica, pois além desse aspecto sustenta outros três: Pantanal, Cerrado e o Chaco paraguaio. É um encontro de ecossistemas que, conforme analisam os ecologistas, deve ter uma superproteção ambiental.

Estudos realizados pelo pesquisador Sérgio Brandi, do Departamento de Criação de

Unidades de Conservação do Ibama, revelaram que se a área não for transformada em Parque Nacional o patrimônio ambiental da Bodoquena estará comprometido. Como se isso não bastasse, a Conservation International, organização filiada ao Fórum das ONGs (organizações não-governamentais) brasileiras, a Mata Atlântica é considerada uma das cinco áreas prioritárias para preservação da biodiversidade do planeta.

O encontro em Campo Grande - que começa quarta-feira e termina no sábado - é o maior acontecimento nacional sobre preservação da Mata Atlântica. O centro das reuniões será no Hotel Vale Verde, e o dia "D" dos debates das maiores questões está marcado para dia 25, com início às 9 horas, na reunião da Câmara Técnica do Conama.

O evento ocorre no momento em que a bancada ruralista do Senado federal decepciona o universo defendido pelos ecologistas, com a proposta de reduzir pela metade as áreas de preservação ecológica permanente da Amazônia e do Cerrado. Menos políticos, porém ativos, os fazendeiros de Mato Grosso do Sul também chegaram a ser criticados pelo posicionamento incondicional favorável à criação da APA Bodoquena. Em uma APA é permitida a exploração comercial da flora, fauna e pastagem "com a maquiagem de desenvolvimento sustentável", conforme observou um dos participantes da reunião. A área delimitada em 90 mil hectares abrange os municípios de Jardim, Bodoquena, Bonito e Porto Murtinho.



Parte da mata nativa da serra foi consumida por derrubadas e queimadas para dar lugar a pecuária intensiva

Ecologistas preparam manifestações

A entrega do "troféu motosserra" ao senador Lúdio Martins Coelho é uma das sugestões entre as manifestações públicas que acontecerão durante o evento. Segundo Alcides Faria, da Ecoa (Ecologia e Ação), está decidida uma passeata pela área central da cidade, sábado, Dia Nacional do Meio Ambiente. Antes disso, porém, está sendo organizada em dia ainda a ser fixado até quarta-feira a entrega do troféu.

Se houver consenso, haverá concentração em frente à casa do senador, com manifestantes caricaturados, criticando a posição favorável de Lúdio sobre a redução das áreas de preservação ambiental. Fantasias de macacos, jacarés, onças e até pessoas com máscaras de proteção contra gases venenosos, podem fazer parte desse cenário.

Hoje aconteceria o mesmo tipo de manifestação em nível nacional, porém foi cancelada. Isso porque o projeto do deputado Moacir Micheletto, aprovado dia 15 último pela Comissão Mista do Senado, foi retirado da pauta de votação.

A reação contrária à proposta de Micheletto foi imediata. O caricaturista Maurício de Sousa passou a vestir seus personagens das historinhas em quadrinhos, de preto. "Toda nossa alegre turminha está mais triste, e veste luto. Tudo porque alguns congressistas resolveram mudar umas leis que ainda protegiam, pouquinho coisa, nossas florestas, nossas matas, nosso verde, nossos rios".

No Estado, a indignação foi geral entre as ONGs, segundo garante Francisco An-

selmo de Barros, da Fundação para Conservação da Natureza.

Ele lembrou que a preservação ecológica é quem vai garantir a produção rural, não o contrário. O secretário de meio ambiente, Egon Krachetke, ressaltou que a Amazônia e o Cerrado são áreas mais visadas pela degradação ambiental, no Brasil. Ele acha absurdo o projeto, alertando inclusive sobre a condição de solo amazônico, que não serve para a produção agropecuária devido à baixa qualidade.

"O argumento dos ruralistas de que é preciso ocupar novas áreas é falso. No Brasil existem muitas áreas degradadas pela própria produção agrícola, que se fossem recuperadas multiplicariam por quatro vezes a produção", disse sabafou Alcides Faria.

Reação contra projeto de Micheletto

A reação contra o projeto do deputado federal Moacir Micheletto foi considerada fulminante pelos senadores contrários à proposta. Terça-feira (16), grupo de parlamentares petistas pegou enxadas sobre os ombros e foi para o canteiro central da Esplanada dos Ministérios. No local, plantaram muda de ipê roxo com a frase "aqui jaz o maledetto".

No dia seguinte o colégio de líderes dos partidos anulou

a aprovação do projeto. O assunto será decidido dentro de 30 ou 60 dias, por nova comissão a ser formada, visando discutir as mudanças no Código Florestal. Enquanto isso, o Governo federal pode reeditar a medida provisória exigindo a manutenção de 80% das propriedades rurais na Amazônia, como área de preservação permanente.

A proposta rejeitada prevê apenas a preservação de

30% do Cerrado Amazônico. Micheletto até agora mantém os 80% de preservação, porém dentro de três anos os Estados votariam as propostas de Zoneamento Econômico Ecológico, indicando áreas apropriadas para a agricultura. Será, então, permitida a redução da área protegida em até 20%, no que se refere às áreas rurais. Seriam mantidos o 80% de proteção no restante do País.



Com parque, aves e outros animais silvestres estarão preservados